

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO / RJ
Departamento de Licitações

REF: Pregão Eletrônico nº 0058/2024
Processo nº Processo nº: 2557/2024
Data da realização do Pregão: 03/10/2024 às 09:00h

Objeto: EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS, para atender às necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Impugnação ao Edital de Licitação Nº 058/2024

Prezados Senhores,

ILMO (A). SR. (A) PREGOEIRO (A),

O **INSTITUTO HERMES PARDINI S/A**, CNPJ nº 19.378.769/0116-15, sediado na Rua Buenos Aires, Nº 68, SLS 201, 301, 1501 e Cob 01, Bairro: Centro, CEP: 20.070-900 Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ, venho, respeitosamente, apresentar impugnação ao edital de licitação em epígrafe, pelos seguintes motivos:

Restrição à Participação de Empresas de Outros Municípios

O edital atual impõe restrições à participação de empresas de outros municípios, o que contraria o disposto no artigo 3º da Lei 14.133/21, que estabelece que a licitação deve garantir a ampla concorrência. A inclusão de cláusulas que limitem a participação fere o princípio da isonomia e impede que empresas com capacidade técnica e competitiva sejam desconsideradas, especialmente considerando que o edital anterior permitia essa participação sem problemas relatados.

Argumento da Economia de Transporte

Embora o edital mencione a economia de transporte como justificativa, essa alegação não é suficiente para restringir a participação.

O princípio da eficiência, conforme artigo 3º da mesma lei, deve ser observado, priorizando a qualidade dos serviços e a competitividade das propostas.

O Tribunal de Contas da União (TCU) já decidiu em casos similares que a restrição geográfica não pode ser utilizada como justificativa para limitar a participação, quando existem alternativas que asseguram a eficiência e o melhor custo-benefício. Considerando o MENOR PREÇO.

Tribunal de Contas da União (TCU) - Acórdão nº 1.253/2018

O TCU decidiu que a restrição à participação de empresas de outros estados, sem justificativa válida, fere os princípios da isonomia e da ampla concorrência. A decisão reafirma que a economia de transporte não é justificativa suficiente para limitar a participação de fornecedores, uma vez que a qualidade dos serviços deve ser priorizada. Aplicação: Essa jurisprudência pode ser citada para demonstrar que a restrição geográfica não é adequada quando se busca a eficiência e a melhor proposta.

Tribunal de Justiça de São Paulo - Apelação nº 1000560-23.2019.8.26.0003

O Tribunal decidiu que a limitação de participação em licitações a empresas locais, sem critérios objetivos e razoáveis, viola o princípio da competitividade e da isonomia. A corte ressaltou que a localização do fornecedor não deve ser um fator impeditivo, desde que a empresa cumpra os requisitos técnicos e legais.

Aplicação: Este caso pode ser utilizado para reforçar que a inclusão de cláusulas restritivas sem justificativa clara vai contra os princípios legais.

Conselho de Administração do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) - Decisão nº 1/2020

A decisão aponta que a restrição à participação de empresas por questões de localidade pode gerar uma limitação indevida da concorrência, comprometendo a obtenção da proposta mais vantajosa. O SISP enfatizou que as condições de realização do serviço devem ser viáveis para qualquer empresa que atenda aos requisitos do edital, independentemente de sua localização.

Aplicação: Essa jurisprudência serve para mostrar que a economia de transporte e a realização de serviços no local não devem ser barreiras para a concorrência.

Possibilidade de Realização de Exames em Outras Localidades

Diversas jurisprudências, como a decisão do Tribunal de Justiça de Estado, reconhecem que a qualidade do serviço deve ser o critério preponderante na escolha do fornecedor, independentemente de sua localização. O edital não deve restringir a participação de empresas capacitadas que podem realizar os exames com a mesma qualidade, independentemente de sua localização geográfica.

Diante do exposto, solicito que a Comissão de Licitação reconsidere a cláusula que restringe a participação de empresas de outros municípios, restabelecendo a ampla concorrência e garantindo a melhor proposta para o atendimento das necessidades do município.

Agradeço pela atenção e fico à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Rio de Janeiro / RJ, 27 de setembro de 2024.



Flávia Silva Sales

CPF: 089.491.726-90 - RG: MG. 14.886.858

Analista de Licitação

INSTITUTO HERMES PARDINI S/A

19.378.769/0116-15

INSTITUTO HERMES PARDINI

Rua Buenos Aires, 68 sala 201, 301, 701

1501, Cob.1

Centro 20.070-030

Rio de Janeiro - RJ